

Jornal da

 APESP

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 96 | OUT NOV 2020



Com viés apenas “fiscalista”,
propostas de reforma administrativa
precarizam o serviço público

Diretriz não leva em conta as necessidades de acesso
às políticas públicas da população brasileira

Reformas, reformas e reformas

Reformar é dar uma melhor forma, é corrigir, aperfeiçoar, renovar. Mas no processo legislativo brasileiro virou sinônimo de supressão de direitos e redução do Estado. Nos últimos anos foi a reforma trabalhista pra lá, a reforma previdenciária pra cá e nenhuma cumpriu as promessas de novos investimentos e desenvolvimento para o país e, agora, às voltas com crise econômica decorrente da pandemia e da incompetência dos governos, têm-se na pauta as reformas administrativa e tributária, em âmbito federal e estadual.

No Estado de São Paulo, a primeira fatura foi definida depois de muita luta dos servidores por vários meses. Em uma Assembleia Legislativa sempre tão cordata com os interesses do Executivo, a pressão exercida pelos servidores, remota e presencialmente, conseguiu adiar a aprovação do PL 529/2020 por semanas e obrigou o Executivo a aceitar modificações no texto tidas como inviáveis no início do processo. Na agora lei nº 17.293/2020, a PGE teve ampliada suas competências com a previsão de duas inovações (a transação tributária e a dispensa de contestação) que logramos se tornem avanços institucionais para uma gestão arrecadatória mais eficiente e aprimoramento de nossa atividade-fim. Por força da atuação da APESP, foi incorporada ao texto uma emenda apresentada e redigida pela entidade e que prevê a necessidade de comunicação à PGE-SP do acervo judicial e administrativo dos órgãos extintos pela lei, bem como da cessão de apoio administrativo e de pessoal para essas novas atribuições.

No âmbito federal, o governo Bolsonaro, após mais de um ano de promessas da equipe econômica, encaminhou para o Congresso Nacional sua proposta de Reforma Administrativa. O tempo de elaboração parece não ter sido suficiente. Mal escrita e com péssima técnica legislativa, a proposta amplia desnecessariamente os princípios constitucionais da Administração Pública, prevê seis “vínculos públicos” em substituição às formas de provimento (inclusive um período de experiência de um ou dois anos como “etapa do concurso público”), acaba com a estabilidade para maior parte dos servidores (mantendo apenas para as carreiras típicas de Estado) e abre uma enorme porta para precarização do serviço público com a substituição de servidores concursados pelo chamados cargos de liderança e assessoramento, que poderão ter atribuições gerenciais ou técnicas. Suprime direitos, como a promoção por tempo de serviço e adicionais e atinge os atuais servidores, ao contrário do que vem sendo afirmado pela mídia, como no caso da previsão de dedicação exclusiva para os ocupantes de cargos típicos de Estado.

Já a reforma tributária ganhou novo gás com a crise financeira atual. Apresentada como panaceia para o desenvolvimento econômico, nenhuma das propostas em tramitação atinge o cerne de nossa injustiça fiscal, alterando o perfil regressivo de nosso sistema tributário. Com viés de mera simplificação, o que é bom, as propostas afetam o federalismo brasileiro e precisam ser aprimoradas.

Esta edição do Jornal da APESP traz um apanhado dessas propostas com a participação do presidente da ANAPE, Vicente Braga e do Presidente do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CONPEG), Procurador Geral do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha. É um momento de união de todos para enfrentar essas propostas e evitar prejuízo para toda sociedade brasileira.

O jornal ainda mostra a solidariedade e o engajamento dos Procuradores do Estado de São Paulo nas campanhas APESP Solidária e Sinal Vermelho. Já o talento de colegas revelados pelas *lives* do Ciclo Bem-estar APESP é objeto de deliciosa matéria assinada por nossa Diretora de Comunicação.

Por fim, apresentamos o trabalho voluntário realizado por Procuradores em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade social e do meio ambiente. Colegas que encontram tempo e disposição para ajudar o próximo e são exemplos para todos nós.

Matérias que nos lembram que reformar muitas vezes é preciso. Reforma no sentido de tornar melhor, aperfeiçoar, renovar, nossas vidas e a do próximo.

Boa leitura!

Fabrizio de Lima Pieroni
PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2020 | 2021

PRESIDENTE
Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE
Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

SECRETÁRIO-GERAL
José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA
Monica Maria Petri

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL
Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO
Patrícia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO
Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
Amílcar Aquino Navarro

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETORA DE PRERROGATIVAS
Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR
Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwichow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Marcos Fabio De Oliveira Nusdeo
Maria Regina Fava Focaccia
Mirna Cianci

CONSELHO FISCAL
Eduardo Bordini Novato
Luis Claudio Ferreira Cantanhede
Vanderlei Ferreira De Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS
Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS
Acervo APESP, Pixabay (capa) e Assessoria de
Imprensa da PGE-MA.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 23/10/2020

Com mais de R\$ 120 mil arrecadados, Campanha APESP Solidária alcançou todo o Estado. Faça já sua doação!

A Campanha APESP Solidária – uma parceria do Projeto Bem-estar APESP com o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) – lançada no último dia 6 de abril, arrecadou R\$ 122.760 mil.

Até o momento, foram 3 etapas de arrecadação e distribuição dos recursos. A primeira ocorreu logo no início da pandemia da COVID-19, sendo que as doações foram totalmente destinadas ao Sefras. O valor de R\$ 59.550 mil foi suficiente para adquirir 1.000 cestas básicas ou 15.000 mil refeições.

A segunda abrangeu também entidades do interior e litoral indicadas pelos Procuradores do Estado classificados nas Procuradorias Regionais. O montante de R\$ 38.700 foi distribuído para, além do Sefras, a Casa de David (Atibaia); Lar e Escola Santa Luzia para Cegos (Bauru); Cantinho Fraternal Dona Maria Jacinta (São Carlos); Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo (Franca); Lar Escola Jesus de Nazaré (Campinas); Associação Comunitária Flor do México (São Vicente); e Fórum da Cidadania (Santos).

A terceira, que até o momento arrecadou R\$ 24.510, contemplará APAE (Franca); Lar São José da Sociedade São Vicente de Paulo (São João da Boa Vista); Grupo de Assistência à Criança com Câncer (GAAC) (São José dos Campos); Casa de Assis (São José dos Campos); Jesus Amor, Paz e Caridade (Bauru); e Casinha de Nazaré (Sorocaba), no interior, além do Sefras, na Capital.

“A Campanha APESP Solidária surgiu pela necessidade de colaborar com a população de rua da cidade do São Paulo, que foi fortemente afetada pela pandemia. Porém, ela foi estendida para todo o Estado, tornando-se permanente. É natural que após 7 meses as doações diminuam, mas é essencial darmos continuidade a essa rede de solidariedade”, salienta Marialice Gonçalves, Diretora de Comunicação da APESP.



Sefras – Capital



APAE – Franca

Faça uma doação agora mesmo!

A sua contribuição é fundamental neste momento! As contas bancárias para as transferências são:

- Banco do Brasil:
agência 6802-0
conta corrente 100399-2
 - Banco Santander:
agência 0001 /
conta corrente 13-030648-4
- CNPJ: 62.654.124/0001-48

Solidariedade reforçada

Em uma generosa iniciativa, o Conselheiro Assessor da APESP, Carlos Toledo, revertirá o lucro resultante das vendas de 2020 do livro intitulado “Direito Administrativo ao Alcance de Todos” (editora *Sapere Aude*). Lançada em 12/10, a obra alcançou o topo da lista dos e-books de Direito mais vendidos no site da Amazon. Para comprar o e-book no site da Amazon, acesse o [link https://amzn.to/37oU6ZD](https://amzn.to/37oU6ZD)

Campanha Sinal Vermelho: Procuradoras do Estado engajadas no enfrentamento da violência doméstica

A Diretora da APESP, Monica Petri, participou em 25/9 de mais uma reunião do Núcleo Estadual da Campanha Sinal Vermelho, que tem o objetivo de traçar diretrizes e estender a todas as comarcas do Estado de São Paulo o enfrentamento da violência doméstica – recrudescida com a pandemia da COVID-19 e a necessidade do isolamento social. A videoconferência contou com 60 participantes de diversas instituições e entidades.

“A ideia da APAMAGIS de criação desse núcleo foi prontamente acolhida pela APESP, contando com uma importante colaboração de nossas Diretoras e associadas das Procuradorias Regionais”, destaca Petri, que foi acompanhada da reunião das Procuradoras Cíntia Byczkowski (PR-5), Alessandra Seccacci (PR-5), Fabiana Mulato (PR-6) e Carla Pittelli (PR-8).

Destaque-se também a atuação nessa campanha da Vice-presidente da APESP, Monica Zingaro; da Diretora de Comunicação, Marialice Gonçalves; da Diretora Social e Cultural, Rosely Sucena Pastore; da Diretora de Esportes e Patrimônio, Bruna Alvarez; e da Diretora do Interior e demais Unidades fora da Capital, Clara Angelica do Carmo Lima.

“Todas essas colegas estão muito engajadas em uma causa tão importante para a nossa sociedade. A Campanha Sinal Vermelho, uma iniciativa da AMB e do CNJ, ganhou uma enorme proporção, tendo um alcance de 8 milhões de usuários das redes sociais”, afirma Marialice Gonçalves.

Monica Petri, Marialice Gonçalves e Bruna Alvarez, diretoras da APESP em cards da Campanha Sinal Vermelho





Com viés apenas “fiscalista”, propostas de reforma administrativa precarizam o serviço público

Aumentar receitas e diminuir despesas. Essa equação básica pode parecer, aos olhos de um economista, a saída perfeita para todos os males do Brasil. No entanto, esse cálculo não leva em consideração as carências e necessidades da população de acesso às políticas públicas em todas as áreas.

É nesse contexto que se inserem a PEC 32/2020, de autoria do Executivo Federal, que trata da reforma administrativa federal e tramita na Câmara dos Deputados; e o PL 529/2020, sobre o ajuste fiscal do Estado, que já foi aprovado e convertido na Lei nº 17.293/2020.

“As propostas são diferentes, mas apresentam um ponto negativo comum: um viés meramente fiscalista em detrimento do serviço público. Para diminuir despesas, a proposta do Governador João Doria, dentre outras questões, extinguiu empresas, autarquias e fundações e autorizou um programa de demissão incentivada de servidores. A PEC do Governo Federal, por sua vez, prevê a instituição de várias modalidades diferentes de ingresso no serviço público, fim da estabilidade para a maioria, vedação de promoção e gratificações por tempo de serviço”, destaca Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP e Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE.

Mas, apesar das dificuldades atuais por que passam os servidores públicos atualmente, Pieroni reforça que “a APESP e a ANAPE lutarão intensamente em todas as esferas legislativas para não deixar prosperar retrocessos institucionais, bem como encontrar caminhos para avanços ainda maiores”, completa.

ALESP aprova PLC 529 com alterações; proposta da APESP sobre acervo judicial dos órgãos extintos foi acolhida!

No último dia 14/10, a ALESP aprovou com modificações o PL 529/2020, que trata do ajuste fiscal do Estado de São Paulo. Sancionado pelo Governador João Doria em 15/10, o projeto converteu-se na Lei nº 17.293. Dentre os pontos alterados da proposta original estão a não autorização para extinção da FURP, ONCOCENTRO, ITESP e IMESC e a supressão do trecho que previa mudanças da legislação do ITCMD.

Desde a apresentação do projeto pelo Governador João Doria, em 13 de agosto, a APESP, representada por seu Presidente Fabrizio Pieroni, pela Diretora Financeira, Monica Petri, e pelo Secretário Geral, José Luiz de Souza Moraes, manteve uma intensa mobilização junto aos Deputados – de forma presencial ou virtual – para que o PL fosse rejeitado ou, no mínimo, aperfeiçoado (veja a relação de reuniões na página seguinte). “Apesar das dificuldades ocasionadas pela pandemia, estivemos semanalmente em contato com Deputados de vários partidos – da oposição e da base governista – para explicar nossos argumentos e defender as nossas emendas”, destaca Monica Petri.

Assunção de novas demandas pela PGE-SP

Uma das emendas propostas pela APESP, redigida pelo Presidente Fabrizio Pieroni, foi absorvida literalmente no substitutivo do líder do Governo. Trata-se da previsão legal da necessidade de comunicação à PGE-SP do acervo judicial e administrativo dos órgãos extintos pela lei, bem como da cessão de apoio administrativo para essas novas atribuições.

Eis como constou o parágrafo único do artigo 3º aprovado pela ALESP: “as entidades e órgãos da Administração Pública Estadual referidos nos artigos 1º e 2º desta lei deverão informar prévia e detalhadamente o acervo de processos judiciais e administrativos existentes à Procuradoria Geral do Estado, e a esta franquear o apoio material necessário para assunção da representação jurídica, observado, no que couber, os termos do artigo 4º desta Lei”.

“Esse dispositivo é de extrema importância para evitar que a PGE-SP assumira um acervo significativo de novas demandas com a atual estrutura, que apresenta uma defasagem nos quadros de Procuradores e Servidores”, frisa José Luiz Souza de Moraes, Secretário Geral da APESP.

Mobilização

Em uma atuação suprapartidária, a APESP, juntamente com entidades integrantes do FOCAE-SP, reuniu-se com diversos Deputados Estaduais para discutir o PL 529/2020. Confira a seguir o retrospecto:

- **13/8:** no dia da apresentação do PL 529, a APESP participou de reunião do FOCAE-SP para traçar as estratégias de atuação;
- **17/8:** reuniões presenciais com os Deputados Bruno Lima (PSL) e Alex de Madureira, líder do PSD;
- **18/8:** reunião presencial com a bancada do PT, da qual participaram todos os Deputados da legenda (alguns remotamente), dentre eles o líder da bancada, Teonílio Barba, Professora Bebel e Jorge do Carmo.
- **18/8:** audiências presenciais com os Deputados Caio França (PSB), Bruno Lima (PSL), Coronel Nishikawa (PSL) e Campos Machado (PTB).
- **19/8:** Protocolo das emendas das emendas relacionadas diretamente aos interesses da PGE-SP e propostas pela APESP (nº 191 a 195), que foram subscritas pelo Deputado Alex de Madureira (PSD) (acesse o inteiro teor em <http://bit.ly/emendasPL529>). Ademais, APESP e FOCAE-SP apresentaram emendas de interesse geral, que foram subscritas pelos Deputados Alex de Madureira, líder do PSD; Bruno Lima (PSL), Caio França (PSB), Campos Machado, líder do PTB; e a bancada do PT.
- **9/9:** videoconferências com as Deputadas Janaina Paschoal (PSL) e Damaris Moura (PSDB);
- **17/9:** reunião presencial com o Deputado Ed Thomas (PSB);
- **22/9:** videoconferência com o Deputado Emídio de Souza (PT)
- **23/9:** reuniões presenciais com os Deputados Gilmaci Santos (Republicanos), Edna Macedo (Republicanos), Marcio Nakashima (PDT), Major Meca (PSL), Sargento Neri (AVANTE), Coronel Telhada (PP) e Alex de Madureira (PSD);
- **30/9:** reunião presencial com a Deputada Edna Macedo (REPUBLICANOS).

Avanços e retrocessos

O PL 529/2020 traz muitos retrocessos para o serviço público estadual, dentre os quais: *i)* a autorização para extinção de fundações e estatais importantes para a população; *ii)* aumento da contribuição dos servidores ao IAMSPE (veja *box* específico abaixo); e *iii)* autorização para um programa de demissão voluntária no funcionalismo.

Por outro lado, apresenta inovações muito importantes para a atuação da PGE-SP, tais como: *i)* estabelecimento de requisitos para a transação de débitos de natureza tributária ou não tributária; e *ii)* a possibilidade de a Procuradoria não contestar matérias que já tiverem jurisprudência consolidada (ou desistência das já interpostas).



Audiência com a Deputada Edna Macedo (Republicanos) no dia da votação que impediu a aprovação do PL 529 sem os destaques finais. A Deputada foi a única do partido que votou contra a proposta. “Tenho respeito por aqueles que votaram em mim. Você não vai me ver votando em projeto contra servidor público”, disse à Coluna Painel da Folha de S. Paulo.



Reunião com o Deputado Alex de Madureira (PSD), relator especial do PL 529 na CCI.

Serviço: contribuição ao IAMSPE

A questão do aumento das contribuições do IAMSPE, no entanto, foi um ponto muito negativo aprovado no PL 529. Contudo, aos colegas que não desejem permanecer inscritos informamos que há coisa julgada em ação coletiva promovida pela APESP e basta um pedido administrativo para a exclusão.

Só é preciso ficar atento para o fato de que essa ação não confere a possibilidade de um retorno aos quadros do IAMSPE e de que a contribui-

ção de todos é que financia o atendimento médico a todos os servidores, em especial aos mais pobres.

Acesse a tabela com os novos índices das contribuições em <https://bit.ly/33Y1Eub>.

Para essa exclusão, basta enviar um e-mail para juridico@apesp.org.br

PEC 32/2020: servidores públicos não devem ser responsabilizados pelas dificuldades do Brasil

A PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa federal, foi apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro no início de setembro e encontra-se em estágio inicial de tramitação na Câmara dos Deputados. De pronto, ANAPE e APESP passaram a atuar no sentido de buscar o aprimoramento do texto encaminhado.

“Vemos a reforma administrativa com muita preocupação. Não temos uma posição 100% contrária, mas o texto – do jeito que foi apresentado –, não tem como ser aprovado, porque trará um prejuízo não só para o serviço público, mas para toda a sociedade”, frisa Vicente Braga, Presidente da ANAPE.

Segundo Braga, a ANAPE, juntamente com as associações estaduais de Procuradores, está trabalhando para trazer uma maior justiça ao texto. Como por exemplo, expor aos Deputados que a PEC 32 não alcançará apenas os futuros servidores. “Isso não procede. Muito pelo contrário. Alguns pontos irão atingir os atuais e os futuros Procuradores. Essa é uma falsa verdade, que estamos tentando desconstruir e mostrar a realidade para os parlamentares”, destaca.

Para ilustrar, o Presidente da ANAPE menciona a vedação que a proposta traz para integrantes das carreiras típicas de Estado exercerem qualquer outra atividade remunerada, além dos cargos que ocupam na administração. “Isso trará um prejuízo muito grande. Hoje, temos excelentes Procuradores que podem ser árbitros, proferirem palestras, escreverem livros, advogarem. Temos que trazer um maior acerto para o texto com o objetivo de evitar que os Procuradores se tornem simplesmente burocratas e percam o interesse em continuar exercendo esse *munus* público, que é tão essencial para o fortalecimento da sociedade”, salienta.

Por fim, Braga disse considerar como uma falácia as alegações de que o serviço público é um dos principais responsáveis pelos problemas brasileiros. “Isso é algo que vem sendo dito há vários Governos. Sempre tentam colocar no serviço público a pecha de culpado pelas mazelas do País. Isso não procede. Na época da reforma da Previdência, defendemos que não seria ela que salvaria a economia do Brasil. Porém, venderam essa tese e não conseguiram entregar”, conclui.



Presidentes da ANAPE, Vicente Braga, e da APESP, Fabrizio Pieroni, em audiência com o Vice-presidente da Câmara, Deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP)

Rodrigo Maia Rocha: tributação progressiva e manutenção do federalismo devem nortear Reforma Tributária

Atualmente, existem três principais propostas de Reforma Tributária em tramitação (PECs 45/2019 e PL 3887/2020 – Câmara dos Deputados –; PEC 110/2019 – Senado). Leia, a seguir, uma entrevista com o Presidente do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CONPEG) e Procurador Geral do Estado do Maranhão sobre a questão.



" (...) É fundamental portanto que haja essa preocupação para com a manutenção do equilíbrio entre os membros da Federação de modo a evitar a materialização de uma relação de dependência dos entes subnacionais em relação à União (...)"

Jornal da APESP - Como o senhor avalia essas proposituras e o impacto na arrecadação dos Estados?

Rodrigo Maia Rocha – As propostas têm aspectos positivos, sobretudo no que tange à ideia de simplificar o sistema, que é de fato complexo e que dificulta a vida dos contribuintes e a própria gestão pelas administrações fazendárias, mas elas podem ser aprimoradas e há duas preocupações fundamentais. Em primeiro lugar, mudar o perfil profundamente regressivo do nosso sistema tributário, buscar uma tributação mais progressiva, o que é uma medida, inclusive, de equidade fiscal; e preservar o equilíbrio federativo, evitando a concentração de poderes na União. Esses são os dois vetores fundamentais das preocupações dos Procuradores dos Estados.

Jornal da APESP - Essas propostas, de alguma forma, afetam o federalismo brasileiro?

Rodrigo Maia Rocha – Afetam, na medida em que a atividade fiscal é uma dimensão fundamental ao exercício do federalismo, constituindo um fator decisivo à autonomia e, conseqüentemente, para a liberdade de todos

os atores do sistema federativo. É fundamental portanto que haja essa preocupação para com a manutenção do equilíbrio entre os membros da Federação de modo a evitar a materialização de uma relação de dependência dos entes subnacionais em relação à União, o que poderia ocorrer diante de uma excessiva concentração de poderes em Brasília.

Jornal da APESP - Como tem sido a atuação do CONPEG no acompanhamento desses projetos?

Rodrigo Maia Rocha – O CONPEG, enquanto instituição que preserva, acima de tudo, os interesses dos Estados membros, tem acompanhado esses debates, dialogando não só com os atores do sistema político, mas também com a Academia. Neste sentido, tivemos importantes debates, que contaram com a participação de especialistas da área, os quais teceram críticas e fizeram sugestões para o aprimoramento das propostas que estão no Congresso Nacional. Vamos continuar permanentemente desempenhando esse papel de buscar contribuir para o debate público na construção de soluções que sejam mais adequadas às finalidades da Constituição Federal. Este é essencialmente o nosso papel institucional.

Corrente do bem: de forma voluntária, Procuradores do Estado atuam em projetos sociais e ambientais

Trabalhar de forma voluntária em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade, da formação de crianças carentes e da preservação do meio ambiente é um ato que dignifica o ser humano. Na PGE-SP, existem muitos Procuradores e Procuradoras do Estado que se doam à diversas causas relevantes para a sociedade brasileira. O Jornal da APESP apresenta as experiências dos colegas Marcelo de Aquino, Procurador do Estado Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação; Marcos Parolin, Procurador do Estado classificado na Procuradoria Regional de Campinas (PR-5); e Tânia Lotto, Procuradora aposentada do Estado de São Paulo.



Primeiro encontro da ONG “Planeta Plantar”

Marcos Parolin: “a ideia da ONG Planeta Plantar é Fomentar o respeito à vida e ao meio ambiente”

O Procurador do Estado de São Paulo, Marcos Parolin, fundou a ONG “Planeta Plantar”, da qual é o atual presidente, há quase três anos. Nesse período, a entidade já doou mais de 8 mil mudas de árvores e tem atuado diretamente nos projetos de recuperação das áreas afetadas pelos incêndios florestais na região de São João da Boa Vista (SP), Águas da Prata (SP), Poços de Caldas (MG) e Andradás (MG).

“Além da doação de mudas, temos no momento vários projetos de expedição para coleta de sementes, reflorestamento, de proteção de mananciais e nascentes, de conscientização e educação ambiental. A ideia é fomentar o respeito à vida de todos os animais, das árvores e do ser humano”, destaca Parolin.

O trabalho na ONG é totalmente voluntário. Não há contribuição associativa ou aportes de origem pública ou privada. Até mesmo o viveiro de mudas, localizado na cidade de São João da Boa Vista – estopim para a criação da ONG –, foi construído às expensas do Procurador do Estado e em um imóvel de sua propriedade.

Parolin justifica assim a sua atuação como ambientalista: “o que me levou a fazer isso foi a necessidade de proteger o meio ambiente. Estamos em um processo franco de aquecimento global e vivendo no Sudeste uma semiaridização. Isso é muito evidente pelo aumento da temperatura e pela diminuição da pluviosidade. Nós, que estamos no interior, podemos perceber nitidamente que as nascentes têm diminuído a sua vazão aos poucos. É um fenômeno que evidentemente tem a ver com a falta de árvores. Existem estudos científicos demonstrando que para uma reversão desse processo de aquecimento seria necessário que o planeta plantasse 1,2 trilhão de árvores. Aqui, nós estamos tentando fazer a nossa parte”, conclui.

Como colaborar?

O estatuto da ONG não permite fluxo de dinheiro, porém é possível fazer doações em insumos e materiais, tais como sementes e mudas. Os contatos são o telefone (19) 99737-4400 ou o email marcosparolin@gmail.com.



Crianças no viveiro da ONG “Planeta Plantar”

Tania Lotto: “a contação de histórias pode ajudar na formação das pessoas”

A arte de contar uma boa história é um dom. É com esse talento que a Procuradora aposentada do Estado de São Paulo, Tânia Lotto, alegre, ensina e cativa crianças entre 6 meses e 5 anos de idade. “Faz 15 anos que trabalho com a creche CEI Tiãozinho, no bairro de Americanópolis (capital de São Paulo). Primeiro, auxiliava nas necessidades da casa. Depois, após me capacitar, passei a fazer contação de histórias para os ‘pequenos’”, relata Lotto.

O projeto frutificou: há 7 anos, ela conta histórias para as crianças da CEI Tiãozinho, e 5 há anos também desempenha a atividade na CEI Vera Alvarenga, que possui duas unidades – uma no bairro do Jabaquara e outra na Rua Alba, em frente a uma comunidade muito populosa.

“Gravo 2 vídeos todas as semanas: um para bebês, de 6 meses a 2 anos, com musiquinhas infantis. E outro para as crianças de 2 a 5 anos, com historinhas e, às vezes, também com musiquinhas. Antes, era presencialmente, mas com a pandemia da COVID-19 passei a fazer parte das atividades on line das creches”, afirma.

A experiência da Procuradora em ajudar o próximo é longa. “Faço trabalhos voluntários

há muito tempo. Comecei com moradores de rua, prestando assistência jurídica e judiciária. Era um trabalho ligado à Paróquia de São Luiz. Eu atendia a população de rua da forma como aprendi durante todo o tempo que atuei na Procuradoria de Assistência Judiciária”, conta.

No entanto, a Procuradora explica a mudança no perfil da sua atuação voluntária: “o que me motivou a deixar o trabalho com moradores de rua e passar a trabalhar com as crianças foi a vontade de poder atuar em uma fase inicial da vida, quando ainda há possibilidade de ajudar na formação das pessoas e possibilitar que construam uma outra história”.

Como colaborar?

Você pode fazer uma doação para a CEI Vera Alvarenga, em nome da Associação Beneficente de Apoio ao Menor (Banco Santander - Ag 0262; Conta corrente 13003987-5; CNPJ 60.269,586/0001-16).



Procuradora Tânia Lotto em mais uma contação de histórias

Direcione a câmera do seu celular para os QR CODES abaixo para assistir aos vídeos de contação de história produzidos pela Procuradora Tânia Lotto



Marcelo de Aquino: “dei continuidade ao trabalho do meu tio – um imigrante italiano com inspiração e tenacidade deixou um incrível legado”

Ao chegar ao Brasil, em 1947, talvez o empresário italiano Piero Pollone não imaginasse que, após 73 anos, o seu trabalho social atingiria mais de 300 pessoas – entre crianças e pessoas em situação de rua.

Em 1961, fundou a Instituição Assistencial L. Pollone (IALP), que tinha como foco o atendimento ao migrante que se encontrava desabrigado e desempregado, geralmente o morador de rua da região de Santo André. A iniciativa foi ampliada em 1963, com a criação do “Albergue Noturno”, e em 1987, da Creche Comendador Piero Pollone – ambas também situadas na cidade do Grande ABC.

Após o falecimento do senhor Pollone, em 2002, quem assumiu o seu trabalho de forma voluntária foi o sobrinho Marcelo de Aquino, Procurador do Estado de São Paulo. “Na época, fui o único da família a me dispor em dar continuidade a essa importante rede de solidariedade criada pelo meu tio – um imigrante italiano que com sua inspiração e tenacidade deixou um incrível

legado para a cidade de Santo André”, registra. Presidente da IALP, Aquino ressalta a importância da creche para os moradores da região do bairro da Vila Luzita. “Atendemos em tempo integral, das 7h30 às 16h30, 230 crianças de 11 meses a 5 anos e onze meses. Além das atividades pedagógicas, há um programa socioeducativo voltado à saúde preventiva, educação alimentar, orientação e assistência aos pais e responsáveis pelas crianças. Durante a pandemia tivemos de nos adaptar e desenvolver atividades virtuais, mas gradualmente voltaremos à normalidade”.

Por sua vez, o Albergue Noturno possui acomodações para atender 115 usuários de ambos os sexos e todos os gêneros, por noite. “Atendemos pessoas carentes em trânsito pela cidade e moradores de rua, fornecendo-lhes alimentação, roupas e calçados. Os atendidos são orientados e encaminhados a órgãos governamentais, hospitais e outras entidades assistenciais conforme a necessidade de cada cidadão”, frisa Aquino.

Como colaborar?

Você pode fazer a sua doação em dinheiro para a conta-corrente do Banco do Brasil, agência 3435-5 e conta corrente 26796-1. O CNPJ da IALP é 57.513.582/0001-27. A entidade aceita móveis e roupas usadas, que podem, dependendo do volume, ser retirada na área do Centro expandido de São Paulo e nos municípios de Santo André, São Caetano e São Bernardo.



Procurador Marcelo de Aquino na Creche Comendador Piero Pollone

O sucesso das *lives* pelo acolhimento do outro e a descoberta de uma talentosa apresentadora

Por Marialice Dias Gonçalves

Quem a conhece dificilmente a esquece. Falante, sempre cheia de ideias e ótimos contatos, nossa Diretora Social e Cultural, Rosely Pastore, não esmoreceu diante da paralisação causada pela pandemia da COVID-19, desde meados de março deste ano. A impossibilidade de realização de eventos e confraternizações, uma de suas grandes paixões, fez nascer a vontade de alegrar os Procuradores e as Procuradoras de outra forma: pela realização de *lives* com renomados psicólogos e uma psicopedagoga, acerca de um tema essencial: conhecer-se a si mesmo e ao próximo, diante desse “novo normal”, para adaptar-se aos fatos atípicos de 2020.

Foram realizadas, ao todo, oito palestras. A primeira, em 30 de junho, divulgada amplamente também pela ANAPE, contou com a presença da psicóloga Renata Whitaker, cuja parte do currículo passa pela Suíça, e nos fez refletir sobre os desafios da pandemia e expectativas na jornada. Com sua doçura e profundidade, trouxe o significado da palavra **coragem**, que significa “agir com o coração”, e não tardou para que a Rosely comentasse essa característica que lhe é comum- aliás, de todos os Procuradores.

Na estreia, é preciso contar um detalhe: naquele dia, choveu e ventou muito, faltou luz na região de onde partiu a transmissão, e houve muito receio de que o evento não se realizasse. Contudo, dez minutos antes, a situação se normalizou e a palestra pôde se concretizar.

WEBINAR APESP

Ciclo Bem-estar APESP
“Como as cores e o cuidado de vestir podem mudar sua vida”
 DIA 18/9, às 18h00

Palestrante -
 Clara Angelica Lima
 Diretora do Interior e Demais Unidades fora da Capital da APESP.

Apresentação -
 Rosely Sucena Pastore
 Diretora Social e Cultural da APESP.

Transmissão ao vivo pelo Realização Bem-estar APESP

WEBINAR APESP

Ciclo Bem-estar APESP
“Reconexão com sua criança interior”
 DIA 4/9, às 18h00

Palestrante -
 Marcela Mercante
 Procuradora do Estado de SP e especialista em inteligência emocional pela SBIE.

Apresentação -
 Rosely Sucena Pastore
 Diretora Social e Cultural da APESP.

Transmissão ao vivo pelo Realização Bem-estar APESP

WEBINAR APESP

Ciclo Bem-estar APESP
“Um olhar psicanalítico sobre o sofrimento psíquico no trabalho”
 DIA 28/8, às 18h00

Palestrante -
 Otávio D’Elia
 Procurador do Estado aposentado, Psicólogo e Psicanalista.

Apresentação -
 Rosely Sucena Pastore
 Diretora Social e Cultural da APESP.

Transmissão ao vivo pelo Realização Bem-estar APESP

YouTube /APESPTV APESP

Ciclo Bem-estar APESP: palestras com os Procuradores do Estado Otávio D’Elia, Marcela Mercante e Clara Angelica Lima.

"(...) Em suma, descobrimos três Procuradores com talento nato para a Psicologia e para a Moda, além do dom da Rosely para ser apresentadora. Que cada um de nós descubra a si mesmo e ao outro, sem julgar, para obter o melhor da vida, que é a felicidade interior".

As sete palestras posteriores fizeram parte do ciclo *Webinar Apesp*, e se estenderam de 14 de agosto a 25 de setembro, todas às sextas-feiras, às 18hs, como um *happy hour*. A ideia foi minha, e por mais que tenhamos concluído que as próximas *lives* ocorrerão no meio da semana, em razão de muitos viajarem às sextas, o fato é que mesmo assim houve público significativo. Patrícia Costa, psicopedagoga, inaugurou o ciclo *webinar* com uma importantíssima reflexão sobre a convivência familiar. O estreitamento das relações domésticas traz à tona aquilo que é o “não-dito” no seio das famílias, mas também não deixa de ser uma oportunidade de acompanhar os filhos e de estudar novas habilidades.

A psicóloga especialista em *Mindfulness*, Fabiana Saes, teve direito a repetição: proferiu duas palestras, em 21 de agosto e 11 de setembro, a primeira sobre como lidar com o sofrimento e manter o equilíbrio emocional e a segunda sobre como “viver uma vida feliz”. Com fala calma, vídeos preparatórios e um exercício proposto de comer “passas”, **analisando-as**, Saes nos fez pensar sobre a necessidade de “saborear” a vida, e estar presente no momento presente (com o perdão da redundância).

A Procuradora do Estado Marcela Mercante também proferiu duas *lives*, uma em 4 de setembro e a outra encerrando o ciclo, no dia 25 do mesmo mês. Propondo a cada um trazer uma foto de criança, sugeri que a plateia se reconectasse à sua criança interior, além de fazer uma afirmação que vou lembrar para toda a vida: “por

trás de cada pessoa com problemas, há alguém em sofrimento”. A última palestra do ciclo, intitulada “Qual o seu dom?”, a Procuradora demonstrou que podemos ser muito talentosos além da área jurídica, comprovando empiricamente seu dom para a Psicologia. Trouxe, ainda, uma companheira de bancada, a neuropsicóloga Beatriz Pawel.

Outra Procuradora que também tem um dom incrível, a Clara Angélica – que é, aliás, Diretora da Apesp do Interior e mãe de dois filhos pequenos – demonstrou como as cores podem mudar sua vida. Exibindo uma inseparável cartela de cores, sugeri combinações de tons que podem ser incorporados na maneira de vestir, melhorando, significativamente, a autoestima. Confesso que limpei parte de meu guarda-roupa e passei a perceber como o autocuidado é fundamental para a manutenção do equilíbrio e do aumento da energia.

Por fim, e não menos importante, o Procurador aposentado e Psicólogo Otávio D’Elia nos brindou com uma palestra recheada de referências e indicações bibliográficas sobre o sofrimento psíquico no trabalho. Profundo

conhecedor de *Freud*, fez referência à estória de um cavaleiro que, ao ser perguntado para onde iria, disse: “eu não sei, mas ele sabe”. Trata-se, o cavalo, do inconsciente, que justifica as atitudes e decisões não-rationais que todos nós temos, para o bem ou para o mal. Daí a importância da análise.

Em suma, descobrimos três Procuradores com talento nato para a Psicologia e para a Moda, além do dom da Rosely para ser apresentadora. Que cada um de nós descubra a si mesmo e ao outro, sem julgar, para obter o melhor da vida, que é a felicidade interior.

WEBINAR APESP

Ciclo Bem-estar APESP
“Convivência Familiar - Proximidade X Conflito”

DIA 14/8, às 18h00

Palestrante -
Patrícia Costa
Terapeuta Familiar e Psicopedagoga.

Apresentação -
Rosely Sucena Pastore
Diretora Social e Cultural da APESP.

Transmissão ao vivo pelo /APESP TV

Realização Bem-estar APESP

WEBINAR APESP

Ciclo Bem-estar APESP
“Equilíbrio emocional e mindfulness: aprendendo a lidar com o sofrimento”

DIA 21/8, às 18h00

Palestrante -
Fabiana Saes
Psicóloga Clínica e Instrutora de Mindfulness.

Apresentação -
Rosely Sucena Pastore
Diretora Social e Cultural da APESP.

Transmissão ao vivo pelo /APESP TV

Realização Bem-estar APESP